

CRÍTICA AUTORAL E CRÍTICA TEXTUAL NA LÍRICA DE CAMÕES

Marina Machado Rodrigues (UERJ)

Durante muitos anos, a chamada lírica de Camões abarcou, indiscriminadamente, o conjunto de textos atribuídos ao poeta, nas diversas edições de sua obra, com ou sem respaldo documental. O legado poético deixado à humanidade por um dos maiores poetas da língua portuguesa multiplicou-se muitas vezes em razão direta do tempo e do sucesso alcançado pela épica, como supõem muitos.

De par com os inúmeros acréscimos a que andou sujeita a lírica camoniana, cunhou-se a incerteza em relação à autoria dos textos, tornando-se no gênero, talvez, um dos mais sérios problemas da ecdótica portuguesa.

A questão foi parcialmente resolvida – dada a escassez de dados documentais – por Leodegário A. de Azevedo Filho, com a publicação da obra *Lírica de Camões. História, metodologia, corpus*¹, que aborda em profundidade os problemas da autoria e da reprodução viciosa dos textos.

Até então, os estudos sobre a lírica, bastante numerosos, diga-se de passagem, não lhe acrescentaram soluções satisfatórias, a despeito mesmo da seriedade dos críticos interessados no problema. Todas as tentativas anteriores de delimitação do cânone lírico de Camões esbarravam em metodologias relativamente subjetivas, que pouco contribuíram para ordenar o caos em que se encontrava a obra há quatro séculos.

Os equívocos em relação à autoria têm início ainda no séc. XVI, já que o autor publicou em vida, além do poema épico *Os Lusíadas*, de 1572, somente três textos, a saber: a ode ao Conde do Redondo, “Aquele único exemplo”, em homenagem a Garcia d’Orta nos *Colóquios dos Simples e Drogas e Coisas Mediciniais da Índia*, deste último (1563); o soneto “Vós nimphas da Gangética espessura” e a elegia “Depois que Magalhães teve tecida”, ambos dedicados a D. Leonis Pereira, embora os tercetos fossem em homenagem a Pero Magalhães de Gândavo, autor da *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamam Brasil*, de 1576, onde foram publicados os dois últimos. Todas as outras composições ficaram dispersas em “cancioneiros de mão” e recolhidas mais tarde pela tradição impressa, o que favoreceu enormemente a inclusão de textos apócrifos no espólio poético camoniano.

A primeira edição dos textos líricos – *Rhythmas* – surge em 1595, quinze anos após a morte de Luís de Camões, impressa por Manuel de Lira, em Lisboa. A segunda edição – *Rimas* – foi impressa três anos mais tarde

¹ AZEVEDO FILHO, Leodegário A.de. *Lírica de Camões. História, metodologia e corpus*. Lisboa : Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

por Pedro Craesbeeck, também em Lisboa, e ambas tiveram o patrocínio de Estêvão Lopes, mercador de livros. A julgar pelas informações de Domingos Fernandes, a 2ª edição teria sido organizada por Fernão Lobo Soropita. Em relação ao organizador da 1ª, nada se sabe.

A edição príncipe já discute o problema da autoria quando inclui o soneto “Espanta crescer tanto o crocodilo”, composição assumidamente não camoniana por seu organizador, no prólogo aos leitores;

... e outros à volta disso que o não são, como aconteceu com o soneto 19, que depois de impresso se soube que não era seu.²

A segunda edição, munida de um suposto espírito corretivo, intentou “minimizar” os erros da primeira, eliminando e acrescentando textos que vieram de MA – a *Appendix Rhythmarum* ou Manuscrito Apenso – sem se apoiar, contudo, em critérios objetivos para a reprodução dos textos.

Os problemas que envolvem a lírica não dizem respeito só à autoria, mas também e, sobretudo, à reprodução das composições, que vieram sendo corrompidas, sistematicamente, pelas edições posteriores, ou foram servilmente reproduzidas, sem que os organizadores tivessem qualquer compromisso com as boas lições dos textos.

Assim, além do estabelecimento do cânone lírico de Camões, faz-se necessária a reconstituição textual, à luz dos manuscritos quinhentistas, levando-se em conta o *usus scribendi*, tanto da época quanto do poeta, numa tentativa de apreensão de uma obra que sintetiza o pensamento ocidental do séc. XVI.

A primeira edição arrola, a partir de manuscritos ou cancioneiros miscelânicos, um total de 172 textos. A rigor, 170 composições, entre sonetos, canções, sextina, odes, elegias, éclogas e textos em versos de redondilha. E, se como já dissemos, a dúvida em relação à autoria era uma das preocupações dos organizadores das edições quinhentistas, a falta de respaldo crítico foi responsável até pela inclusão em RH de textos pertencentes a Garcia de Resende, cujas obras andavam já impressas antes de Camões ter nascido, como explica Jorge de Sena:

A confusão dos editores de Camões, ou dos colectores de “cancioneiros de mão”, fizeram com que, acidentalmente, fossem atribuídos a Camões obras de Sá de Miranda, do Duque de Aveiro, do Infante D. Luís, além do ainda mais pretérito Garcia de Resende³

² CAMÕES, Luís de. *Rhythmas*. Lisboa : Manoel de Lira, 1595. Ed. Fac-similada do exemplar que pertenceu a D. Manuel II. Ed. Comemorativa do IV centenário da estada de Luís de Camões na ilha de Moçambique (1968).

³ SENA, Jorge de. *Os sonetos de Camões e o soneto quinhentista peninsular*. 2ª ed., Lisboa : Edições 70, 1980, p.55.

As *Rimas*, de 1598, acrescentam ao cânone lírico do Poeta 67 composições, exibindo 237 textos autênticos ou não. Mas o pretensão espírito corretivo do editor de RI foi responsável pelo expurgo de 5 textos de RH, por serem comprovadamente apócrifos.

É preciso notar que, textualmente, RI nem sempre acata as lições de MA, implicando dois documentos autônomos, do ponto de vista das lições textuais, embora, no que respeita à atribuição autoral, esta autonomia seja relativa. Apesar das tentativas do editor de reparar os erros flagrantes que a primeira edição deixara passar, e de uma relativa preocupação com a questão da autoria, a presente edição é ainda precária no âmbito da crítica textual ou mesmo autoral, em face da dispersão em que já então se encontrava a obra camoniana.

Se alguns manuscritos traziam atribuição expressa dos textos, a maioria não procedia assim, até porque esta não era a regra de conduta à época, e a estética da identidade, vigente no séc. XVI, não permitia que se caracterizasse esse ou aquele autor pelo estilo, apenas. A confusão parece ter sido perpetrada ainda no séc. XVI, quando era possível que composições atribuídas a um autor integrassem as obras completas de outro. O Índice do *Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro* é uma clara evidência desse fato, chegando a atribuir 12 textos a Camões e a Bernardes, por exemplo. Apesar dos erros de atribuição praticados pelas edições quinhentistas, a situação da lírica no século XVI não era ainda caótica.

Com a imediata repercussão alcançada pelas duas edições das rimas camonianas, há um crescente interesse pelos “inéditos” do poeta, ainda que os mesmos não fossem dele. E, a partir do século XVII, o *corpus* vê-se contaminado por uma avalanche de textos apócrifos que lhe vão sendo anexados indiscriminadamente, dando início ao chamado movimento diastólico⁴, que só será contido em nosso século.

De 1607 e 1616 são as edições de Domingos Fernandes: a primeira, mera reprodução de RI, com duas tiragens; a segunda, de 1616, intitulada “Segunda Parte das Rimas”, vem acrescida de várias composições sem a menor garantia de autoria camoniana e flagrantes divergências textuais.

⁴ Termo utilizado por Vítor Manuel de Aguiar e Silva para caracterizar o movimento de expansão do *corpus* camoniano

A "Terceira Parte das Rimas" é publicada em 1668, por D. Antônio Álvares da Cunha, guarda-mor da Torre do Tombo, que se utiliza dos manuscritos deixados por Faria e Sousa, dentre outras fontes, com vários "inéditos", engordando ainda mais a obra do Poeta.

Também na segunda metade do século XVII, vem à luz *As rimas várias de Luís de Camões*, de Manuel de Faria e Sousa, em duas partes: a primeira de 1685 e a segunda de 1689, ambas de publicação póstuma e incompleta. A seleção feita orienta-se quase que exclusivamente por critérios estéticos, introduzindo e emendando textos ao sabor do gosto pessoal, como confessa, aliás, o editor. Tudo o que lhe parece de boa qualidade é atribuído por ele a "*mi poeta*", por quem nutre a mais profunda admiração, ainda que a composição viesse com atribuição expressa de autoria a outros poetas. A edição acrescenta ao universo camoniano 85 composições, totalizando 322, entre sonetos, canções, odes, sextinas e elegias, ficando ainda por publicar 7 éclogas e as composições em versos de redondilha. Aquelas foram editadas mais tarde pelo Padre Tomás José de Aquino (1799/80); estas, pelo Visconde de Juromenha (1860/69).

No séc. XIX, a obra de Camões volta a sofrer um duro golpe, com as edições do Visconde de Juromenha e de Teófilo Braga, alcançando índices numéricos inacreditáveis – 664 textos. A edição do nobre português, de 1860 e 1869, em seis volumes, intitulada *Obras de Luís de Camões*, traz uma infinidade de textos de outros autores, ou até mesmo anônimos, por ele atribuídos a Camões. Já Teófilo Braga lança as *Obras Completas de Luís de Camões* em três volumes, de 1873/4, com sete textos inéditos. Em 1880, torna a publicar, desta vez, *O Parnaso*, contendo quarenta novas composições.

Apenas no nosso século, a lírica de Camões começa a sofrer um saneamento progressivo com o expurgo dos textos apócrifos que lhe foram acrescentados por três séculos seguidamente.

Surge, em 1932, a edição de José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira, dando início ao chamado movimento sistólico⁵, ao eliminar 248 textos apócrifos atribuídos a Camões, a partir de estudos anteriores feitos por Wilhelm Storck e Carolina Michaëlis de Vasconcelos, ainda no século XIX. Esta edição, embora rejeite os textos introduzidos arbitrariamente por Faria e Sousa, acata as leituras integrais dos textos comuns, não apresentando um critério objetivo para o expurgo ou inclusão de composições no *corpus*. A tese da Infanta D. Maria é um exemplo da subjetividade do critério.

Agostinho de Campos, em edição da obra lírica do poeta, de 1923-25, expurgara um grande número de poemas, também baseado, entre outros, nos estudos dos eminentes camonistas alemães. No prefácio ao terceiro vo-

⁵ Segundo denominação de Vítor Manuel de Aguiar e Silva

lume do *Camões Lírico*, escreve ele, a propósito das redondilhas:

*Pondo em estatística essa escolha, ver-se-á que publicamos e comentamos noventa e cinco e excluímos cinquenta e três, sendo que onze destas ficaram fora de transcrição comentadas por estarem compostas em castelhano; e por se considerarem geralmente apócrifas (...)*⁶

Embora sua edição seja anterior a de Rodrigues e Vieira, não se lhe pode imputar a primazia de ter iniciado o movimento de contenção aos textos espúrios, por se tratar de edição parcial.

A. J. da Costa Pimpão, em edição de 1944, elimina, além dos já expurgados por Rodrigues e Vieira, 63 textos e reintegra 15. O editor também nem sempre se valeu de dados científicos para a delimitação do *corpus* da lírica, já que algumas vezes lançou mão de impressões pessoais para a inclusão de composições no cânone do poeta, sempre com base na tradição impressa e sem análise sistemática da tradição manuscrita.

Hernâni Cidade, em edição de 1946, elimina, em confronto com a de Pimpão, 2 textos e acrescenta outros 94. Acolhe composições vindas de Faria e Sousa, antes rejeitadas por Pimpão, recorrendo à tradição manuscrita muito esporadicamente.

A edição de Antônio Salgado Júnior, de 1963, situa-se entre o rigor excessivo de Pimpão e a benevolência de Hernâni Cidade. Baseia-se nas seleções anteriores feitas por Agostinho de Campos, Rodrigues e Vieira, Costa Pimpão e Hernâni Cidade, consagrando um total de 408 textos. Ocupa, assim, uma posição intermediária entre a edição de 1944 (328 textos) e a de 1946 (420 textos). Também Salgado Júnior parte da tradição impressa quinhenista, mas acata textos que tenham figurado nas principais edições modernas.

A edição de Cleonice Berardinelli, de 1980, que não se propõe delimitar o cânone lírico de Camões, por se tratar de uma edição parcial, publica todos os sonetos atribuídos ao poeta, em número de 400, exibindo inúmeros comentários em relação à autoria e variantes textuais.

A lírica completa, de Maria de Lurdes Saraiva, de 1980/81 não traz apenas os textos que a autora considera camonianos, como as demais edições. À semelhança da edição de Cleonice Berardinelli, edita a totalidade dos textos atribuídos ao Poeta pela tradição impressa, mas tem a preocupação de separar os autênticos dos apócrifos. Não apresenta justificativas relevantes para a inclusão ou exclusão de textos no universo poético de Camões e baseia-se quase sempre nos comentários de Agostinho de Campos.

Houve, ainda, outras tentativas de estabelecimento do *corpus* autêntico da lírica, mas nenhuma delas pôde ser considerada satisfatória. As

⁶ CAMPOS, Agostinho de. *Camões lírico*. Lisboa : Bertrand, 1923/25, p.9

principais tentativas de estabelecimento do cânone lírico de Camões esbarbararam sempre na falsa premissa de que se se conseguisse um grupo de composições autênticas, pelos métodos estatístico, estilístico ou estatístico-estilístico, se poderia chegar ao que verdadeiramente seria de Camões. Na melhor das hipóteses, estes teóricos acabaram enredados na questão criada pela estética da identidade. Contudo, é impossível estudar a lírica sem se conhecer as principais metodologias modernas para o estabelecimento de seu *corpus*.

O método estatístico de Jorge de Sena baseia-se na investigação autoral com base em manuscritos, numa primeira etapa e, em seguida, na análise de formas externas de composições tidas por ele como autênticas. No caso das canções, considera autênticas as dez que aparecem em RH e RI, por não contestação e por resistirem ao tempo e aos editores. Em relação às demais, demonstra uma certa cautela, observando em cada uma delas, características que estejam presentes no grupo tido como autêntico. Procede igualmente com os sonetos. A ineficácia de tal procedimento manifesta-se de imediato quando se compara uma determinada composição, cuja estrutura formal é considerada por ele como canônica, com outra de mesma época, apresentando a mesma estrutura formal, mas pertencente a outro autor. Jorge de Sena, então, se vale do critério da qualidade para inclusão ou exclusão dos textos. Ainda que a composição esteja de acordo com o critério formal por ele estabelecido, precisará obedecer ao seu padrão de exigência. Não admira que o método em questão tenha induzido o crítico a uma série de equívocos, ainda porque nem todas as composições que figuram nas edições quinhentistas estão acima de qualquer suspeita.

Roger Bismut utiliza-se do método estilístico, que consiste no confronto entre a épica e textos duvidosos atribuídos ao Poeta. A falibilidade do método é patente por ser impossível distinguir com segurança o estilo deste ou daquele poeta no séc. XVI. É compreensível, portanto, que Bismut tenha cometido alguns erros de atribuição autoral, como no caso da elegia: "Foi-me alegre o viver, já me é pesado", atribuída a Estevão Rodrigues de Castro no manuscrito *in Bibliothecam Lusitanam*, levado pela inconsistência do método que propunha.

A proposta metodológica de Elizabeth Naique-Dessai fundamenta-se no confronto estatístico-estilístico de textos por ela considerados provavelmente autênticos com outros duvidosos. A autora de *Die Sonette de Camões* aceita como provavelmente autênticos muitos dos sonetos publicados nas edições quinhentistas e na de 1616, totalizando 124, já que ela exclui alguns. Se, como já ficou claro, não podemos considerar incólumes todos os textos publicados nas edições quinhentistas, e com muito mais motivos os de 1616, como confrontar o falso e o verdadeiro? A vulnerabilidade deste

método reside, *a priori*, no ponto de partida.

A questão da lírica de Camões começa a ser redimensionada, efetivamente, com a proposta teórica de Emmanuel Pereira Filho, no ensaio "Aspectos da Lírica de Camões", de 1967, publicado nas *Atas do I Simpósio de Língua e Literatura Portuguesa*. O presente método distancia-se dos demais, entre outros pontos, por partir de elementos externos para a resolução do problema, consistindo em duas etapas: a questão da autoria e a do estabelecimento crítico dos textos. O autor propõe a constituição de um *cânone básico, mínimo ou irredutível*, reconhecendo a impossibilidade de se construir um *corpus* total, dada a inexistência de um só documento autógrafo que reúna o conjunto da obra camoniana, pois nunca se conseguiu encontrar, se é que de fato existiu, o famoso *Parnaso* de Luís de Camões, de que nos dá notícia Diogo de Couto na *Década VIII da Índia*.

Sobre a elaboração do cânone, Pereira Filho nos diz que a seleção dos textos deverá ser feita com base em dados documentais,

*Orientada por um método rigoroso e previamente estabelecido para o fim de recolher apenas aqueles textos que, nos limites do que dispomos, alcancem um máximo de probabilidade autoral, ficando ao mesmo tempo isentos das dúvidas que a tradição documental possa suscitar.*⁷

Não se trata, aqui, de um índice canônico, mas de um índice básico. O que se pretende estabelecer é um conjunto de textos com a máxima probabilidade de serem camonianos. A inclusão das composições foi feita a partir de um critério tripartido: o tríplice testemunho quinhentista incontroverso. Ou seja, para que o texto pudesse integrar o *corpus* deveria ter sua autoria confirmada por três testemunhos quinhentistas – por estarem mais próximos da época em que o Poeta viveu – e não apresentar qualquer contestação de autoria. É fundamental que ele nunca tenha sido atribuído a alguém antes.

O autor adverte, porém, que a não inclusão de alguma composição no índice significa apenas que esta deixou de atender a algum dos critérios propostos, podendo integrá-lo assim que uma nova evidência documental venha a aboná-la.

A segunda etapa do método diz respeito ao estabelecimento crítico dos textos, que vieram sendo contaminados pela tradição impressa, lembrando que esta reconstituição requer um trabalho isolado, dada a diversidade da tradição documental e o desconhecimento de fontes originais.

Com os documentos disponíveis à época – um total de oito manuscri-

⁷ PEREIRA FILHO, Emmanuel. *As Rimas de Camões*. Cancioneiro de ISM e comentários. Edição póstuma, organizada por Edwaldo Cafezeiro e Ronaldo Menegaz. Rio de Janeiro : Aguilar; Brasília : INL, 1974. Com fac-símile do manuscrito, p.143-145.

tos – Pereira Filho arrolou 65 textos, assim distribuídos: 37 sonetos, 9 canções, 5 élogos, 5 elegias, 4 redondilhas, 2 odes, 2 epístolas e 1 sextina. Este autor não chegou a concluir seu trabalho, pois morreu no ano seguinte à formulação de sua teoria, cabendo a Leodegário A. de Azevedo Filho rever e concluir as pesquisas interrompidas prematuramente.

A partir dos estudos realizados por Azevedo Filho, o cânone original, fixado por Pereira Filho, amplia-se consideravelmente, em função de duas questões básicas: o aparecimento de novas provas documentais – cerca de 16 outros manuscritos importantes – e a adoção do duplo testemunho quincentista incontestado com apoio manuscrito, ao invés do triplo. Como este especialista argumenta, o rigor do tríplice testemunho torna o método pouco produtivo, já que inúmeros textos que integram os manuscritos não trazem qualquer indicação de autoria. Com a revisão crítica efetivada por Azevedo Filho, o *corpus* da lírica reúne agora um total de 133 textos, distribuídos da seguinte maneira: 65 sonetos, 10 canções, 5 élogos, 6 odes, 1 sextina, 3 oitavas, 6 elegias, e 37 redondilhas.

É preciso salientar que este autor não só acrescenta, mas exclui textos do cânone original, em face de novas evidências surgidas nos documentos aos quais Pereira Filho não teve acesso. Um caso clássico é o do soneto "Por que quereis, senhora que ofereça", atribuído ao Duque de Aveiro, no Cancioneiro de Corte e de Magnates, retirado do cânone, em revisão feita ao *corpus* original. Isto comprova o dinamismo da metodologia em questão e mostra a um só tempo que não se pretende um cânone definitivo, fixo e imutável. Ao contrário, sempre que necessário, ele deverá ser revisto, bastando para isto que surjam novas evidências. A flexibilização da proposta teórico-metodológica de Azevedo Filho reflete-se ainda na compreensão da tripla dimensão dos *corpora* líricos do poeta; além do *minimum*, o teórico admite a presença de outros dois *corpora*: o *additium* e o *possibile*.

De posse de um cânone quase efetivamente camoniano, as pesquisas de Azevedo Filho se voltaram para a complexa questão textual, empreendendo um árduo percurso de volta às origens quincentistas, fornecidas pelos manuscritos miscelânicos – única fonte fidedigna – na tentativa de desfazer o que a tradição impressa vem fazendo desde sempre.

A pesquisa a que se tem dedicado este autor, ao longo de três décadas, resultou na elaboração de uma edição crítica da lírica de Camões⁸ em 10 volumes – inédita pelo rigor e apuro técnicos – significando um considerável avanço nos estudos sobre a poética camoniana.

Em razão das precárias condições em que a lírica de Camões nos chegou, depois de deturpações ou "apurações" sucessivas, ao longo de quatro séculos, é imperativa a sua reconstituição à luz da ecdótica moderna, sob

⁸ Destes, 6 volumes já foram publicados pela Imprensa Nacional/Casa da Moeda, de Portugal.

pena de se estar lendo alguma coisa composta a várias mãos.

Pela impossibilidade de se ter um documento autógrafos com a totalidade de composições do Poeta, ou mesmo de um manuscrito que pudéssemos eleger como *codex optimus*, em função da fragmentação em que já se encontrava a obra lírica de Camões ao ser recolhida, impõe-se o método neolachmanniano, cuja primeira etapa é o exame dos códices reunidos, de suas relações estemáticas (parentesco) e da posterior eliminação dos exemplares de cópia. Outra dificuldade se nos depara aí: estabelecer em princípio, sem prévio exame dos poemas, estas relações estemáticas e a conseqüente eliminação de fontes reduplicadoras, já que ainda não se conseguiu provar qualquer parentesco entre os códices, em sua totalidade. Isto determina que o processo seja levado a termo texto a texto, verso a verso.

Em casos desta natureza, os critérios básicos a serem observados pelo editor são: a concordância das lições, o *usus scribendi* do Poeta e da época, a *lectio difficilior*, por ser a que explica as posteriores banalizações das lições, a *res metrica* e a *conformatio textus*. Caso não haja concordância de lições, com a existência de três ou mais testemunhos não contaminados, o texto deve ser estabelecido segundo o juízo crítico do editor, sem que se percam de vista os outros requisitos, guardando-se, o mais possível, a fidelidade ao texto de base. O exemplar de base será escolhido após estabelecer-se a hierarquia a que estão sujeitos os diversos códices, visando-se à qualidade (textos sem borrões, sem rasuras etc.), à antiguidade e à proximidade ao tempo do Poeta, como é o caso do de Luís Franco Correa, amigo de Camões. Uma vez feita a escolha, só se procederá a emendas quando se tratar de uma evidente falha de cópia. As emendas podem ser feitas segundo dois critérios: *emendacio ope codicum* centrada na lei do predomínio numérico das variantes e a *emendatio ope conjecturae*, esta bem mais delicada, por envolver o juízo crítico do editor. É necessário notar que a mínima alteração imposta ao texto pressupõe um total rigor técnico e justificativas pertinentes. Com tudo isso, como ainda nos ensina Azevedo Filho,

*nenhuma edição crítica é definitiva, por ser apenas uma tentativa de restauração de um texto, em face dos elementos de que dispõe a crítica num dado momento.*⁹

Percebe-se, desde já, a permeabilidade de tal terreno e a impossibilidade do estabelecimento crítico de um texto em termos definitivos. Nem é exaustivo lembrar o que já assinalara Segismundo Spina a propósito do assunto:

Todas as edições críticas, inclusive as monumentais, estão sujeitas à

⁹ AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Op.cit.*, p.53.

revisão ou substituição, desde que surjam novos testemunhos ou se assumam posturas metodológicas diferentes¹⁰

Pelas razões já expostas, consideramos que somente através da reconstituição do texto à luz dos manuscritos quincentistas é possível chegar-se o mais próximo possível da letra camoniana, baseados não em critérios subjetivos, mas nos mais modernos métodos científicos, sem, contudo, deixar de enfatizar o aspecto provisório a que se acha submetida a pesquisa. A realidade do campo minado, entretanto, não pode impedir a ação do crítico. E consoante com este pensamento, Leodegário A. de Azevedo Filho, mesmo ciente da magnitude da empresa e igualmente dos riscos que lhe são inerentes, vem prestando um inestimável serviço à obra do poeta e à Literatura Portuguesa, com a inadiável tarefa que é a elaboração de uma edição crítica da Lírica de Camões.

¹⁰ SPINA, S. Introdução à Ecdótica. São Paulo : Cultrix/ USP, 1977, p.129.